



ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1535/2014.

Aposos: Processo nº 2200/2014 e 6272/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Marcos Cirino Serra OAB/ AM 5843

4- Órgão: Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA

5- Exercício: 2013

6- Responsável: Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICA/AM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 387/2018 - DMP, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, em parcial consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, diretor-presidente da entidade, nos termos dos arts. 22, III, "b" e "c", e 25, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 188, II e § 1º, III, "b" e "c", da Resolução 4/2002-TCE/AM, em razão das seguintes irregularidades:

a) Ausência de justificativa acerca do acréscimo de valor, relativo ao Termo de Apostilamento do Contrato n.º 003/2011, firmado com a empresa LEGÍTIMA SERV. PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA LTDA., conforme demonstrado em tabela, contrariando o que determina o art. 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993;

b) Ausência de publicação do extrato do Contrato n.º 2/2013 e do 3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 03/2009, infringindo a disposição do art. 61, *parágrafo único*, da Lei n.º 8.666/1993;



ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c) Ausência de ordem da autoridade competente para a prorrogação em relação ao 3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 04/2010, ao 3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 03/2009 e ao no 2º Termo Aditivo ao Contrato n.º 012/2011, como determina o art. 57, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993;

d) Ausência de notas explicativas para redução do Ativo Imobilizado em aproximadamente -700%, devido à reclassificação dos valores para o grupo Ativo Permanente – Investimento;

e) Ausência de parte dos documentos que compõem o PROJETO BÁSICO, em relação aos contratos discriminados no item 11.1 ao 11.6 deste voto (art. 7º, § 2º, I, II, c/c o art. 6º, IX, da Lei Federal n.º 8.666/1993);

f) Inconsistências e/ou ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nos contratos, em relação aos contratos discriminados no item 11.7 ao 11.9 deste voto (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal n.º 6.496/1977 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n.º 425/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA);

g) No Termo de Contrato n.º 001/2013: Ausência de justificativas evidenciando a necessidade da obra, apresentada pelos interessados, de forma a legitimar a ação proposta junto ao BIRD (art. 38, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/1993);

h) Nos Termos de Contrato n.º 006/2013 e n.º 007/2013 (objeto da Representação instruída no Proc. n.º 2200/2013): Ausência de Parecer Técnico ou Jurídico sobre a dispensa ou inexigibilidade (art. 38, VI e parágrafo único da Lei Federal n.º 8.666/1993);

i) No Termo de Contrato n.º 006/2013 (objeto da Representação instruída no Proc. n.º 2200/2013): Ausência de Diário de Obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993);

j) No Termo de Contrato n.º 001/2013: Ausência de Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato, ou documento equivalente (art. 58, III, e art. 67, da Lei Federal n.º 8.666/1993);

k) No Termo de Contrato n.º 001/2013: Ausência de Laudos e Relatórios Técnicos emitidos pela fiscalização detalhada a execução da obra (art. 62 e 63, da Lei Federal n.º 4.320/1964; art. 55, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/1993);



ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

l) Ausência de justificativas acerca do pagamento no valor de R\$ 351.637,75, detalhado na “Tabela 1: Divergência de Rede Adutora” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, relativo ao acréscimo de 1830 m de instalação adicional de adutora, conforme discriminado na Tabela 1 do 3º Termo Aditivo, tendo em vista que, de acordo com o levantamento da Comissão de Inspeção da DICOP, o trecho adicional necessário para alimentação do reservatório na nova localidade é de 925 m;

m) Ausência de justificativa pelo Dispendio de R\$ 146.063,57 com o pagamento dos itens referentes à recuperação de Porto Flutuante existente na Captação do Sistema de Abastecimento de Tabatinga, conforme “Tabela 2: Serviços de Recuperação de Captação Flutuante” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, tendo em vista que os referidos serviços de recuperação foram substituídos pela aquisição de novo porto flutuante, conforme discriminado na Tabela 5 da justificativa do 3º Termo Aditivo;

n) Ausência de justificativas acerca do pagamento no valor de R\$ 28.062,60, detalhado na “Tabela 3: Itens aditivados com preços unitários superiores aos contratados” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, relativo aos serviços com preços unitários superiores ao contratado, conforme discriminado na Tabela 1 do 3º Termo Aditivo, que objetivou a adequação da Elevação do Sistema de Abastecimento de Atalaia do Norte;

o) Ausência de justificativas acerca da inclusão do valor de R\$ 74.819,20, detalhado na “Tabela 4: Inclusão de IRPJ e CSLL” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, relativo à inclusão de Imposto de Renta Pessoa Jurídica IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL na composição de custo para a aquisição da Estação de Tratamento de Água – ETA de 150 m³ para o município de Tabatinga, conforme indicação da contratada no Ofício n.º 80/2011, em contrariedade à Súmula n.º 254 – TCU;

p) Ausência de justificativas acerca do pagamento da quantia de R\$ 143.844,51, à empresa contratada, ultrapassando o valor contratual ajustado referente à execução dos serviços para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de Benjamim Constant (lote 2);

q) Em relação ao Contrato n.º 006/2013, cujo objeto era a Recuperação do Pavimento Externo, instalações sanitárias e muro de pedra em bloco da CIAMA, a DICOP, durante vistoria *in loco*, não identificou a execução dos serviços discriminados na planilha orçamentária que totalizam o



ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

valor de R\$ 13.563,04;

r) Em relação ao Contrato n.º 007/2013, cujo objeto era o Levantamento Topográfico/Levantamento Cadastral e Projeto de Estação de Tratamento de esgoto em Benjamim Constant, o Órgão Técnico especializado em Obras Públicas aponta que os documentos preliminares como as propostas de preços registram como objeto o Projeto de Estação de Tratamento de Esgoto, casa de bombas, reservatório e tanque de esgoto em Benjamim Constant, enquanto que na ordem de execução de serviços consta “Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da estação de tratamento, casa de máquina, casa de bombas, reservatórios e tanque de esgoto em Benjamim Constant/AM”, não condizente com o contratado.

- 10.2. Aplicar Multa ao Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, no valor de R\$ 10.000,00, em razão das irregularidades apontadas no tópico anterior, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, no valor de R\$ 614.146,16, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, em razão das seguintes irregularidades que ocasionaram danos ao Erário:

a) Pagamento no valor de R\$ 351.637,75, detalhado na “Tabela 1: Divergência de Rede Adutora” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, relativo ao acréscimo de 1830 m de instalação adicional de adutora, conforme discriminado na Tabela 1 do 3º Termo Aditivo, tendo em vista que, de acordo com o levantamento da Comissão de Inspeção da DICOP, o trecho adicional necessário para alimentação do reservatório na nova localidade era de 925 m;

b) Dispendio de R\$ 146.063,57 com o pagamento dos itens referentes à



ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recuperação de Porto Flutuante existente na Captação do Sistema de Abastecimento de Tabatinga, conforme “Tabela 2: Serviços de Recuperação de Captação Flutuante” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, tendo em vista que os referidos serviços de recuperação foram substituídos pela aquisição de novo porto flutuante, conforme discriminado na Tabela 5 da justificativa do 3º Termo Aditivo;

c) Pagamento no valor de R\$ 28.062,60, detalhado na “Tabela 3: Itens aditivados com preços unitários superiores aos contratados” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, relativo aos serviços com preços unitários superiores ao contratado, conforme discriminado na Tabela 1 do 3º Termo Aditivo, que objetivou a adequação da Elevação do Sistema de Abastecimento de Atalaia do Norte;

d) Dispendio do valor de R\$ 74.819,20, detalhado na “Tabela 4: Inclusão de IRPJ e CSLL” do Relatório Conclusivo n.º 61/2018 da DICOP, relativo à inclusão de Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL na composição de custo para a aquisição da Estação de Tratamento de Água – ETA de 150 m³ para o município de Tabatinga, conforme indicação da contratada no Ofício n.º 80/2011, em contrariedade à Súmula n.º 254 – TCU;

e) Em relação ao Contrato n.º 006/2013, cujo objeto era a Recuperação do Pavimento Externo, instalações sanitárias e muro de pedra em bloco da CIAMA, a DICOP, durante vistoria *in loco*, não identificou a execução dos serviços discriminados na planilha orçamentária que totalizam o valor de R\$ 13.563,04 (Relatório Conclusivo n.º 16/2014-DICOP, fls. 214/238, Proc. n.º 2200/2014).

10.4. Determinar ao responsável, **Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira**, e a atual gestão da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA que:

a) Observem com maior rigor a Resolução TCE n.º 13/2015, a qual instituiu o Sistema e-Contas e que passou a regular o encaminhamento dos informes mensais com exclusividade pelo Portal e-Contas;

b) As aquisições de soluções de informática sejam planejadas com amplo processo administrativo, com observância da legislação aplicável e aprovação de setor ou comissão técnica da área;

c) Observem com rigor as disposições acerca da exigência das certidões de regularidade fiscal das empresas contratadas (art. 195, § 3º, da Constituição Federal c/c o art. 29, III e IV, da Lei Federal n.º 8.666/1993);



ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

d) Aperfeiçoem a gestão da entidade, capacitando alguns de seus servidores à realização de um controle interno próprio, integrado à CGE, o qual possa auxiliar este órgão central no desenvolvimento de ações corretivas e preventivas que neutralizem erros e fraudes, otimizando a eficiência da Administração;

e) As alterações das bases financeiras do contrato sejam precedidas de amplo processo de justificação, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/1993;

f) Observem com rigor as formalidades exigíveis na formalização dos contratos no âmbito da Administração Pública, sobretudo no que diz respeito a publicação dos termos de contrato (art. 61, *parágrafo único*, da Lei n.º 8.666/1993);

g) As prorrogações contratuais sejam precedidas de processo administrativo que contenham a chancela da autoridade competente e a demonstração da vantagem da renovação para a Administração, nos termos do art. 57, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993;

h) Exijam da Auditoria Independente um relatório mais analítico e fundamentado acerca da conformidade das demonstrações contábeis (art. 7º, da Lei Federal n.º 13.303/2016);

i) Nas demonstrações contábeis, façam uso das notas explicativas para inserção de informações adicionais, de maneira a facilitar sua compreensão pelos diversos usuários (Controle Interno, Controle Externo, Sociedade) e tornar fidedignos os registros evidenciados;

j) Observem com rigor as normas apontadas pela Diretoria de Controle Externo das Obras Públicas e que foram infringidas durante o exercício de 2013.

10.5. Determinar a Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, verifique se as medidas determinadas referentes às falhas constatadas nas Contas do **Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira** foram adotadas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 7

ACÓRDÃO Nº846/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2.423/1996;

10.6. Dar ciência ao Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira e aos demais interessados acerca da presente decisão, sendo autorizada, desde já, a adoção de edital para o alcance de tal finalidade, observadas as normas aplicáveis.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral